MOURA, Douglas Ribeiro. Resenha. Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências, de Luciana Panke (Curitiba: Ed. UFPR, 2016, 233p.). Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.226-231, 2019. (ISSN: 2317-1006 - online).

PANKE, Luciana. *Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências*. I. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. 233p.

Douglas Ribeiro de Moura[1]

Em *Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências*, Luciana Panke, professora da Universidade Federal do Paraná e eleita no ano de 2016 como uma das mulheres mais influentes da comunicação política mundial, apresenta um panorama sobre a diminuta presença e importância dada ao gênero feminino na política, em especial a latino-americana, e sobre as figuras mais comuns nessas candidaturas, com foco nos discursos veiculados. Trata-se do resultado de uma pesquisa de pós-doutoramento que nasceu com o intuito de incentivar mudanças, visando a uma divisão mais igualitária de poder nos locais das tomadas de decisão sobre o bem comum, proporcionada principalmente por meio da sororidade[2].

O primeiro capítulo, *Ser mulher na política latino-americana*, inicia-se com uma frase que resume de maneira eficaz o que o restante do livro, fruto de quase uma centena de entrevistas com profissionais da comunicação e com mulheres políticas de mais de dez países, vem a confirmar: a política é um universo masculino. Panke expõe nessa seção algumas das situações sexistas mais comuns e cristalizadas na sociedade latino-americana, como é o caso da associação direta que se faz entre o *status* civil ou a sexualidade feminina e suas capacidades intelectual e administrativa, o que cria um imaginário de que as mulheres que entram na política, se candidatam e eventualmente são eleitas o fazem unicamente graças a algum "padrinho" e não devido ao próprio talento, em um claro sinal de que a comunidade a seu redor naturaliza a dominação masculina e, consequentemente, dá aos homens o papel de protagonistas no campo de atuação governamental.

Nesse sentido, a autora fornece a seus leitores uma perspectiva histórica sobre as noções de espaço público e privado, apontando que a submissão feminina se inicia já na pré-história com a divisão dos trabalhos, uma vez que as tarefas consideradas essenciais

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: douglasrmoura@gmail.com.

[2] Segundo o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa, sororidade é a "relação de união, de afeição ou de amizade entre mulheres, semelhante à que idealmente haveria entre irmãs".

para a sobrevivência ficavam sob a responsabilidade dos homens, ao passo que os afazeres "domésticos" eram incumbências das mulheres. Como efeito, enquanto o gênero masculino passou a ser visto e cobrado por sua atuação no espaço público, aqui entendido como o local de decisão sobre a vida em comunidade, associou-se o feminino ao âmbito privado, sobretudo como administrador da vida doméstica e conjugal. Ainda sobre a temática dos gêneros, Panke aponta para uma forte resistência patriarcal às alterações propostas por movimentos igualitários feministas. Segundo ela, submetidos a uma supervalorização de características e atitudes consideradas masculinas, tanto homens quanto mulheres se veem obrigados a negar suas próprias naturezas individuais para se adequarem a um sistema que indica comportamentos aceitáveis ou não de acordo com o gênero. No campo da política, há nos depoimentos colhidos por Panke relatos de discriminação e violência simbólica como parte da rotina das mulheres que, além de serem minoria, sofrem com a ridicularização de suas falas, com insinuações sobre favores devidos a homens, com acusações de histeria e de descontrole, e mesmo com a exclusão das decisões mais importantes.

Tratando da participação na política latino-americana, a autora traz gráficos e dados quantitativos que ainda demonstram uma baixa inserção do gênero feminino nos cargos mais importantes, apesar de alguns casos recentes – como os das presidentes Cristina Kirchner (Argentina), Dilma Rousseff (Brasil), Michelle Bachelet (Chile) e Laura Chinchilla (Costa Rica) – contribuírem, juntamente com as leis de cotas, para a ampliação do debate sobre o papel das mulheres na política e para a naturalização de sua presença como líderes populares eleitas.

Sobre as cotas de gêneros nos partidos, Panke as vê com bons olhos, pois percebe que promoveram um (tímido) aumento na participação feminina, apesar de trazer relatos de mulheres que sofreram com a falta de protagonismo, com o assédio moral e sexual, assim como com a ausência de financiamento para suas campanhas no interior desses organismos, moldados pela e para a ação masculina e nos quais não são raras atitudes que têm como objetivo a resistência contra o crescimento da representatividade feminina.

Motivadas pela participação prévia em movimentos sociais, por influência familiar ou escolar e por suas experiências profissionais, as mulheres que ingressam na política passam a servir como modelos para as demais, transformando-se em agentes de

modificação de um *status quo* ainda excludente e que somente se modificará diante de uma educação igualitária, de leis que consigam punir qualquer tipo de violência de gênero e de um empoderamento que passa pela capacitação profissional, pela independência econômica e mesmo pelo incentivo à inserção na política por meio das ações afirmativas.

O que Luciana Panke parece nos dizer nessa primeira parte, enfim, é que há um certo medo por parte de alguns homens de perder espaço em um ambiente que consideram como próprio. Estes, aproveitando-se de uma naturalização da dominação masculina, fazem circular a ideia de que as mulheres não são bem-vindas na política, pois não apresentam as características e os comportamentos requeridos, assim como são incapazes de serem boas gestoras. No fim das contas, muito disso é absorvido até mesmo pelas eleitoras, que veem com resistência as candidaturas femininas.

Já no segundo capítulo, *Campanhas eleitorais para mulheres*, a autora aponta as diferenças que acredita existir entre as corridas eleitorais masculinas e femininas. Segundo ela, essas não são de natureza técnica, mas se dão sobre três pontos principais: a *pesquisa*, a *mensagem transmitida* e os *meios de veiculação*. Sobre a primeira, Panke reafirma a necessidade de serem realizados levantamentos prévios que permitam identificar pontos fortes e fracos da candidata, seu talento, seu público em potencial etc. Uma vez que ainda não são vistas como integrantes de fato desse espaço, as mulheres são avaliadas com bastante rigor, devendo estar mais preparadas do que os homens.

De posse dessas informações, podem-se então planejar as ações e a mensagem central da campanha, adequadas ao tempo e ao orçamento disponíveis. Sobre o discurso que será veiculado (nosso interesse central), é preciso definir estratégias que indicarão se as características e os atributos femininos tomados socialmente como positivos (resultado de uma certa sacralização do papel da mulher como mãe e provedora do bem-estar) serão transportados para a candidatura ou não. O mais importante, afirma Panke, é gerar confiança no eleitorado. Os laços das candidatas com a população, enfim, poderão ser construídos através das estratégias de identificação, de projeção e de empatia.

Preocupada com vários aspectos dessa comunicação, a autora traz códigos que podem ser explorados pelas mulheres em suas campanhas, a saber, a linguagem linguística (o discurso verbal), a linguagem quinésica (os movimentos e as expressões físicas realizadas durante a fala), a linguagem proxêmica (o uso adequado do espaço da

fala), a linguagem iridológica (o contato visual), a linguagem fisiológica e de moda (o tipo físico e a vestimenta) e os valores não verbais na voz (o tom, o volume e a textura).

O discurso e seus componentes, como é possível observar, são tratados com especial atenção por Panke. Segundo ela, não há política sem discurso. Acreditando em uma primazia da argumentação (*logos*) sobre as emoções (*pathos*), que também devem estar presentes, a autora indica que é primordial apresentar propostas de governo e de ações que serão tomadas uma vez alcançado o objetivo eleitoral. O que Panke denomina de campanha de terra também não pode ser ignorado. Estar acessível ao público, ir às ruas e ter contato com o eleitorado é parte fundamental de um esforço para ser reconhecida; aqui, inclusive, o contato pessoal é mais fácil para as mulheres, cuja receptividade por parte do público é maior.

Sobre os veículos de comunicação, a pesquisadora defende ser necessário avaliar quais as formas de melhor alcançar as massas, dados os altos custos para produzir conteúdo. Em uma sociedade amplamente conectada por meio da internet, existe a ilusão de que somente com ela será possível obter resultados positivos. O rádio e a televisão, por outro lado, são para Panke ainda boas opções, uma vez que o primeiro chega até onde não há acesso à internet ou mesmo à televisão, ao passo que a segunda fascina por conseguir conciliar vários códigos (icônico, linguístico e sonoro), favorecendo a explicação das mensagens e o entendimento dos conteúdos (o que a autora chama de pedagogia política).

Ademais, com o desenvolvimento dos aparatos tecnológicos, mudou-se a dinâmica de intervenção dos cidadãos na política, já que foi possibilitado o acesso a informações não-oficiais, a expressão pública e democrática das opiniões, entre outros. Em suma, alterou-se a possibilidade de participação da instância cidadã. A consequência, enfim, foi a necessidade de uma melhor avaliação do contato que será feito com o eleitor de maneira virtual. Uma vez entendido que a comunicação *on-line* estabelecida corretamente demonstra respeito e reforça a proximidade, as mulheres podem utilizar essas ferramentas a seu favor.

As tipologias mais comuns nos discursos das campanhas eleitorais femininas são abordadas no terceiro capítulo, *Mulheres candidatas: perfis ideais?* A partir das análises de do *corpus* de sua pesquisa, a autora conseguiu identificar seis figuras (ou estereótipos) recorrentes: dona de casa, guerreira, mãe, atenciosa/sensível, submissa e

trabalhadora. A partir deles, propôs três grandes (e interessantes) tipologias (que podemos considerar como *ethé*): a guerreira, a maternal e a profissional.

A guerreira é a mulher que toma iniciativas e atua politicamente para possibilitar as mudanças sociais. Panke divide essa figura em duas: a líder feminina, que se coloca como porta-voz de certos grupos ou ideias, que negocia e sabe conciliar, e as líderes duras que, com discursos mais rígidos e aproximando-se de modelos masculinos, podem ter seus comportamentos entendidos até certo ponto como reflexos de uma necessidade de reafirmação constante de suas capacidades em um ambiente hostil.

A segunda tipologia é a maternal. Porém, antes de explicá-la, vale ressaltar o frisado por Panke de que a maternidade é um reforço à guerreira, havendo um encontro entre essas duas figuras. Uma vez que a mulher foi associada ao ambiente privado, o papel de responsável pela criação dos filhos, pelo cuidado e pela atenção com os outros passou a ser altamente valorizado, até mesmo sacralizado na América Latina. Com isso, muitas candidatas exploram em suas campanhas o fato de serem mães ou mesmo de possuírem características tipicamente maternas, como a sensibilidade e a solidariedade, em detrimento da apresentação de realizações profissionais. Trata-se de um caso especial: sendo a política um espaço ainda incomum às mulheres, levar a experiência de suas vidas pessoais para a esfera pública pode gerar repercussão positiva em meio a um eleitorado que espera delas uma sensibilidade projetada no social. Não à toa, Panke observou ser a figura mais recorrente em seu estudo.

A terceira tipologia é a da profissional, capaz de produzir resultados positivos, demonstrando por meio do esforço e do trabalho que tem a capacidade e a energia suficientes para fazer o que for necessário na política. Apesar de ter sido a menos presente das figuras, é uma consequência direta da grande cobrança que se faz em relação à capacitação profissional e intelectual das mulheres.

Por fim, o quarto e último capítulo, *Dicas para candidatas e consultores*, reúne conselhos da autora tanto às mulheres que buscam entrar na política quanto aos consultores ou consultoras que as auxiliarão. São os seguintes: a) contrate um consultor, b) seja acessível, c) forme equipe de confiança, d) seja autêntica, e) seja determinada, f) trabalhe duro, e g) aprenda diplomacia e negociação. Como é possível perceber, todos reforçam o que foi apresentado ao longo do livro. Na sequência, são transcritas passagens das entrevistas que compuseram o *corpus* de acordo com temas específicos,

como o fazer política, a pesquisa eleitoral, a mensagem da campanha, oratória e *media training*, estética e fotografia, rotina e meios de comunicação.

No caso do Brasil (e utilizando dados fornecidos pela autora), apenas 9,9% dos representantes eleitos para a Câmara dos Deputados são mulheres, o que coloca o país na desonrosa 155ª posição mundial. Para o cargo de vereador(a), a porcentagem gira em torno dos 11,8%, e de prefeito(a) dos 13,3%. Além disso, o tempo transcorrido entre o reconhecimento do sufrágio feminino, ocorrido em 1932, e a primeira eleição de uma Presidente da República foi de setenta e oito anos. Esses números indicam, sem dúvida, a urgência de uma maior representatividade do gênero feminino na política nacional. Obras como a de Panke, então, surgem como uma forma de conscientizar o eleitorado sobre esse cenário não só desigual como completamente desproporcional em relação à população em geral.

É preciso, além de demonstrar essa irrisória presença do gênero feminino na política, fazer com que a questão seja analisada de maneira mais profunda, entendendo e trazendo a público que é o machismo, enraizado em nossas relações cotidianas, o responsável por nos fazer crer que um espaço tão importante quanto a política é destinado apenas aos homens, quando, na verdade, deveria ser o local de representação por excelência dos anseios de um futuro melhor para todos.

Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências, portanto, é uma valiosa contribuição para os estudos (sejam eles discursivos ou não) que abordam a presença e a inserção de novas categorias de gênero na política, espaço tão decisivo e ao mesmo tempo tão restritivo em nossa sociedade. O trabalho de Luciana Panke foge da tradicional abordagem masculinizada sobre o campo político e seus protagonistas e, justamente por isso, merece destaque. Trata-se de uma leitura fluida e agregadora para todos aqueles que lutam por uma sociedade e por uma política mais igualitárias.

Recebida em agosto de 2018

Aceita em setembro de 2018